

Quadro Comparativo da Medida Provisória nº 755, de 2016

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 755, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016
	Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 , para dispor sobre a transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 , que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 07 DE JANEIRO DE 1994	Art. 1º A Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 3º Os recursos do FUNPEN serão aplicados em:	“Art. 3º
II - manutenção dos serviços penitenciários;	II - manutenção dos serviços e realização de investimentos penitenciários, inclusive em informação e segurança;
IV - aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados, imprescindíveis ao funcionamento dos estabelecimentos penais;	IV - aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados, imprescindíveis ao funcionamento e à segurança dos estabelecimentos penais;
VII - elaboração e execução de projetos voltados à reinserção social de presos, internados e egressos;	VII - elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social de presos, internados e egressos, inclusive por meio da realização de cursos técnicos e profissionalizantes;
	XVI - programas de alternativas penais à prisão com o intuito do cumprimento de penas restritivas de direitos e de prestação de serviços à comunidade, executados diretamente ou mediante parcerias, inclusive por meio da viabilização de convênios e acordos de cooperação;
	XVII - políticas de redução da criminalidade; e
	XVIII - financiamento e apoio a políticas e atividades preventivas, inclusive de inteligência policial, vocacionadas à redução da criminalidade

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
 (Elaboração: 21/12/2016 15:01)

Quadro Comparativo da Medida Provisória nº 755, de 2016

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 755, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016
	e da população carcerária.
§ 1º Os recursos do FUNPEN poderão ser repassados mediante convênio, acordos ou ajustes, que se enquadrem nos objetivos fixados neste artigo.	§ 1º Os recursos do FUNPEN poderão, ressalvado o disposto no art. 3º-A , ser repassados mediante convênio, acordos ou ajustes que se enquadrem nos objetivos fixados neste artigo.
	§ 5º No mínimo, trinta por cento dos recursos do FUNPEN serão aplicados nos objetivos do inciso I do caput .” (NR)
	“Art. 3º-A. Fica a União autorizada a repassar os seguintes percentuais da dotação orçamentária do FUNPEN, a título de transferência obrigatória, aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, independentemente de convênio ou instrumento congênere:
	I - até 31 de dezembro de 2017, até setenta e cinco por cento;
	II - no exercício de 2018, até quarenta e cinco por cento;
	III - no exercício de 2019, até vinte e cinco por cento; e
	IV - nos exercícios subsequentes, até dez por cento.
	§ 1º Os repasses a que se refere o caput serão aplicados no financiamento de programas para melhoria do sistema penitenciário nacional, no caso dos Estados e do Distrito Federal, e de programas destinados à reinserção social de presos, internados e egressos ou de programas de alternativas penais, no caso dos Municípios e nas atividades previstas no art. 3º.
	§ 2º Ato do Poder Executivo federal estabelecerá:
	I - os critério e os parâmetros de repasse de recursos; e
	II - as condições mínimas para a habilitação dos entes federativos nos programas.
	§ 3º A aplicação dos recursos de que trata o caput fica condicionada à:
	I - existência de fundo penitenciário, no caso dos Estados e do Distrito Federal, e de fundo específico, no caso dos Municípios;
	II - existência de órgão específico responsável pela

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
 (Elaboração: 21/12/2016 15:01)

Quadro Comparativo da Medida Provisória nº 755, de 2016

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 755, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016
	gestão do fundo de que trata o inciso I;
	III - apresentação de planos associados aos programas a que se refere o § 1º, dos quais constarão a contrapartida do ente federativo, segundo critérios e condições definidos, quando exigidos em ato do Ministério da Justiça e Cidadania;
	IV - habilitação do ente federativo nos programas instituídos; e
	V - aprovação dos relatórios anuais de gestão, que demonstrem o alcance das finalidades previstas nos programas instituídos.
	§ 4º A não utilização, até o final do exercício, dos recursos transferidos nos termos do caput obrigará os Estados, o Distrito Federal e os Municípios à devolução do saldo devidamente atualizado, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos ao FUNPEN, sem prejuízo de outras ações de fiscalização e prestação de contas a cargo dos órgãos competentes.
	§ 5º Para fins de efetivação da devolução dos recursos de que trata o § 4º, a parcela de atualização referente à variação da Selic será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o beneficiário e a data de efetivo crédito no FUNPEN.” (NR)
<u>LEI Nº 11.345, DE 14 DE SETEMBRO DE 2006.</u>	Art. 2º A <u>Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º O total dos recursos arrecadados com a realização do concurso de que trata o art. 1º desta Lei terá exclusivamente a seguinte destinação:	“Art. 2º O total dos recursos arrecadados com a realização do concurso de que trata o art. 1º ^ terá exclusivamente a seguinte destinação:
V - 3% (três por cento), para o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, instituído pela <u>Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994</u> ;	V - 2,1% (dois inteiros e um décimo) por cento), para o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, instituído pela <u>Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994</u> ;

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
 (Elaboração: 21/12/2016 15:01)

Quadro Comparativo da Medida Provisória nº 755, de 2016

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 755, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

VIII - 1% (um por cento), para o orçamento da seguridade social.	VIII - 1% (um por cento), para o orçamento da seguridade social; e
	IX - 0,9 (nove décimos por cento) para o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001.

	Art. 3º O superávit financeiro das fontes de recursos concernentes ao Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, decorrentes de vinculação legal existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2016, poderá ser destinado, até o limite de trinta por cento de seu total, ao Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.
	Art. 4º A <u>Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º A cooperação federativa de que trata o art. 1º, para fins desta Lei, compreende operações conjuntas, transferências de recursos e desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais, no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública e da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.	“Art. 2º A cooperação federativa de que trata o art. 1º, para fins desta Lei, compreende operações conjuntas, transferências de recursos e desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública ^.” (NR)
Art. 3º Consideram-se atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, para os fins desta Lei:	“Art. 3º
	VIII - as atividades de inteligência de segurança pública; e
	IX - as atividades de coordenação de ações e operações integradas de segurança pública.
Parágrafo único. A cooperação federativa no âmbito da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos apenas ocorrerá para fins do cumprimento ao disposto no inciso VII deste artigo.	§ 1º A cooperação federativa no âmbito da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos apenas ocorrerá para fins do cumprimento ao disposto no inciso VII deste artigo.
	§ 2º As atividades de apoio administrativo, imprescindíveis à atuação da Força Nacional de Segurança Pública, somente poderão ser realizadas pelo mesmo colaborador por um

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
 (Elaboração: 21/12/2016 15:01)

Quadro Comparativo da Medida Provisória nº 755, de 2016

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 755, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016
<p>Art. 5º As atividades de cooperação federativa, no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública, serão desempenhadas por militares e servidores civis dos entes federados que celebrarem convênio, na forma do art. 1º desta Lei.</p>	<p>período máximo de dois anos.” (NR)</p> <p>“Art. 5º</p>
<p>§ 1º As atividades previstas no caput, excepcionalmente, poderão ser desempenhadas em caráter voluntário por militares dos Estados e do Distrito Federal que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos, desde que a condição de inatividade não tenha se dado em razão de doença, acidente, invalidez, incapacidade, idade-limite, licenciamento a bem da disciplina, condenação judicial transitada em julgado ou expulsão.</p>	<p>§ 1º As atividades previstas no caput, excepcionalmente, poderão ser desempenhadas em caráter voluntário por:</p> <p>I - militares e policiais da União, dos Estados e do Distrito Federal que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos, inclusive os militares da União que tenham prestado serviços em caráter temporário; e</p> <p>II - servidores civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aposentados há menos de cinco anos, para fins de atividades de apoio administrativo à Força Nacional de Segurança Pública.</p> <p>§ 2º O disposto no §1º aplica-se desde que a condição de inatividade não tenha se dado em razão de doença, acidente, invalidez, incapacidade, idade-limite, aposentadoria compulsória, licenciamento a bem da disciplina, condenação judicial transitada em julgado ou expulsão.</p>
	<p>§ 3º Aos militares, policiais e servidores de que trata o § 1º aplica-se o regime disciplinar a que estavam submetidos anteriormente à inatividade.</p>
	<p>§ 4º No caso dos militares da União que tenham prestado serviços em caráter temporário, a aplicação de penalidades disciplinares em decorrência do disposto no § 3º caberá às autoridades competentes no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania, nos termos do regulamento.</p>

 Texto alterado
 Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Quadro Comparativo da Medida Provisória nº 755, de 2016

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 755, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016
§ 2º O disposto nos arts. 6º e 7º aplica-se aos militares inativos de que trata o § 1º.	§ 5º O disposto nos art. 6º e art. 7º desta Lei e nos incisos I e II do caput do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 , aplica-se aos militares e policiais de que trata o inciso I do § 1º.” (NR)
	Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor:
	I - em 1º de janeiro de 2017, quanto ao disposto no art. 2º; e
	II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.